



ARTIGO ORIGINAL

COMPETÊNCIAS GERENCIAIS: ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA REDE PÚBLICA

MANAGEMENT SKILLS, CURRICULAR ANALYSIS OF COUSES IN THE PUBLIC HEALTH AREA

Francieli Silva de Oliveira Trombelli¹, Andressa Martins Dias Ferreira², João Lucas Campos de Oliveira³, Sonia Silva Marcon⁴, Laura Misue Matsuda⁵

RESUMO

Objetivo: objetivou-se analisar o projeto político pedagógico de cursos de graduação da rede pública em relação quanto à abordagem das competências gerenciais da formação na área da saúde. **Método:** pesquisa documental, descritiva e quantitativa. Foi realizada entre abril a junho de 2016. Foram selecionadas sete universidades públicas do estado do Paraná e analisados 10 Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de 47 cursos. Os dados obtidos foram compilados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise estatística descritiva. A verificação das competências gerenciais em estudo respeitou às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que regem a formação em saúde. **Resultados:** constatou-se que o PPP de quatro cursos não abordava todas as competências gerenciais estabelecidas nas DCN. A competência liderança foi a menos contemplada nos currículos. **Conclusão:** concluiu-se que os cursos investigados abordam as competências gerenciais, mas há necessidade de maior enfoque às competências que habilitam os profissionais ao gerenciamento da equipe e/ou do trabalho na área da saúde.

Palavras-Chave: Competência profissional; Avaliação educacional; Gestão em saúde; Currículo; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: the objective was to analyze the pedagogical political project of undergraduate courses of the public network in relation to the approach of managerial skills of the training in the health area. **Method:** documentary research, descriptive and quantitative. It was held from April to June 2016. Seven public universities in the state of Paraná were selected and 10 educational political projects (PPP) were analyzed for 47 courses. The data were compiled in electronic spreadsheets and submitted to descriptive statistical analysis. **Results:** the verification of the managerial competences under study respected the requirements of the National Curricular Guidelines (DCN) that govern the formation in health. It was found that the four-way PPP did not address all managerial competencies established in the DCN. Leadership competence was the least contemplated in the curricula. **Conclusion:** it was concluded that the courses investigated address managerial competencies, but there is a need for a greater focus on the skills that enable professionals to manage the team and / or work in the health area. **Key-Words:** Professional competence; Educational Measurement; Health management; Curriculum; Nursing.

¹Enfermeira. Mestranda em Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Estadual de Maringá.

²Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem. Enfermeira de Gerenciamento de Riscos do Hospital Santa Casa de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

³Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Professor colaborador dos cursos de Graduação em Enfermagem e Residência em Gerenciamento de Enfermagem em Clínica Médica e Cirúrgica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, PR, Brasil.

⁴Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora titular do Departamento de Enfermagem e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR, Brasil.

⁵Enfermeira. Doutora em Enfermagem Fundamental. Professora associada do Departamento de Enfermagem e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR, Brasil.

INTRODUÇÃO

A mudança no perfil epidemiológico da população, resultante das modificações no estilo de vida, nos fatores socioeconômicos – principalmente – e educacionais, têm conduzido à ressignificação do cuidado em saúde, gerando com isso, impacto no processo de trabalho e na forma de gerir os serviços prestadores de assistência¹.

Na década de 1980, com o início da redemocratização do país, ainda se matinha a lógica da exclusão da população menos favorecida no contexto de decisão política, mas com o passar dos anos, houve a conquista desse segmento que clamava por participação nas decisões políticas e econômicas, principalmente no âmbito da saúde². As articulações promovidas por diferentes segmentos da população repercutiram na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, na qual se discutiu a influência do determinismo social no processo saúde-doença e a necessidade de se promover assistência voltada à integralidade no cuidado, viabilizada, inclusive, pela interdisciplinaridade profissional³.

No contexto da formação interdisciplinar e integral do capital humano na área da saúde, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Graduação surgiram como meio de consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da preocupação de diferentes segmentos da sociedade, sob os auspícios da participação popular para discussão de melhorias dos serviços⁴. Assim, pretendia-se estruturar a formação em nível superior esperada pelo mercado de trabalho, aliada aos anseios do Ministério da Saúde⁵.

Embora a área da saúde possua diversos cursos de graduação, somente alguns possuem DCN específicas, quais sejam: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, e Terapia Ocupacional⁴. Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior permitir autonomia e flexibilidade para a definição dos currículos, as DCN fixam quais temáticas e competências mínimas devem compor as bases da educação superior para formação na área da saúde⁵.

A saber, para todos os cursos de graduação na área da saúde mencionados, tem-se requerido o desenvolvimento de competências profissionais que devem ultrapassar a ação tecnicista que ainda persiste no trabalho em saúde e isto, vai ao encontro de saberes de cunho interpessoal e essencialmente relacional. Portanto, podem ser entendidas como competências gerenciais, as seguintes: tomada de decisão; comunicação; liderança; administração e gerenciamento e; educação permanente⁶⁻¹⁶.

As competências gerenciais podem significar um aporte de qualidade ao processo de trabalho em saúde, pois tendem a impulsionar o profissional rumo à visão estratégica do seu contexto laboral, permitindo o desenvolvimento de ações que se voltam efetivamente às necessidades da clientela assistida⁷. Destarte, especificamente a competência administração/gerenciamento, se direciona ao despertar profissional para a capacidade de iniciativa, empreendedorismo e gerenciamento dos diversos recursos os quais possibilitam ao profissional refletir sobre o uso dos meios disponíveis e a efetividade do processo de trabalho em saúde^{16,18}.

Ao considerar que a formação em cursos de graduação da área da saúde deve contemplar conteúdos relacionados à tomada de decisão, comunicação, liderança e educação permanente¹⁹, o presente estudo se justifica porque o conhecimento sobre a formação de profissionais de saúde, no bojo das competências gerenciais, pode contribuir ao planejamento e à operacionalização de currículos coerentes com as necessidades do mercado, e principalmente, com os anseios de saúde apresentados por uma dada realidade.

Mediante a importância de se conhecer a realidade dos cursos de graduação da área, no que se refere à abordagem das competências gerenciais, questiona-se: As competências gerenciais delineadas pelas DCN estão presentes nos currículos de cursos de graduação da área da saúde? Logo, objetivou-se analisar o projeto político pedagógico de cursos de graduação da rede pública em relação quanto à abordagem das competências gerenciais da formação na área da saúde.

METODOLOGIA

Pesquisa documental com abordagem quantitativa. Foi realizada a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de graduação da área da saúde, de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Paraná, Brasil, bem como do Plano de Ensino de disciplinas específicas de cada curso. Entendeu-se como disciplina específica àquelas voltadas diretamente à formação gerencial, com base nas DCN⁴. Ademais, as disciplinas não específicas foram analisadas a fim de identificar algum conteúdo pertinente às competências em estudo.

Por elegibilidade, participaram do estudo as IES – e seus respectivos cursos de graduação – regidos pelo poder governamental (federal, estadual ou municipal) do estado do Paraná que ofereciam cursos na área da saúde em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, quais sejam: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição,

Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional⁴. Além disso, outros critérios de inclusão foram empregados para os cursos, como: estar em situação ativa; possuir PPP e ementas de disciplinas disponibilizadas em plataforma online da IES e/ou encaminhadas pela coordenação do curso, por meio de contato eletrônico, em três tentativas; ser curso de modalidade presencial e estar credenciado no Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A localização das IES e seus cursos da área da saúde se deu a partir do Cadastro da Educação Superior (Cadastro e-MEC), que é uma ferramenta de consulta pública de dados de regulação do ensino superior, disponibilizada eletronicamente – online – pelo Ministério da Educação. Em seguida, foram verificadas as matrizes curriculares, ementas das disciplinas e os conteúdos programáticos vigentes de cada curso, no endereço eletrônico de cada IES, por meio de consulta ao PPP.

Os dados foram coletados no período de abril a junho de 2016, por meio de um formulário estruturado, elaborado para fins desta pesquisa e que contemplava a extração de dados de caracterização da IES, denominação da área da saúde (curso), inserção de disciplina/conteúdo sobre competências gerenciais e; presença/ausência de disciplina/conteúdo sobre competências gerenciais na forma de disciplinas específicas ou não. Com isso, a análise comparativa entre as disciplinas específicas e não específicas ofertadas por cada curso e o recomendado pelas DCN se deu com base nas prerrogativas formais das próprias Diretrizes⁶⁻¹⁵.

As informações foram compiladas em planilhas eletrônicas do software Microsoft Office Excel versão 2010. Aos dados tabulados, procedeu-se análise estatística descritiva, em medidas de frequência absoluta e proporção em percentual. Como se trata de uso de dados de disponibilidade pública, o estudo não feriu nenhuma exigência ética em pesquisa, incluindo a dispensa de trâmite ético institucionalizado. Contudo, a identidade de todas as IES foi preservada, sendo estas identificadas aleatoriamente por algarismos romanos.

RESULTADOS

Dentre as 14 Instituições de Ensino Superior Públicas do estado do Paraná, sete foram elegíveis e selecionadas. A inclusão da metade das IES disponíveis no universo de análise se deu em consonância aos critérios de elegibilidade descritos, ou seja, houve exclusão de sete instituições por não apresentarem um ou mais critérios estabelecidos.

Dentre os 48 (100%) cursos da área da saúde oferecidos pelas sete IES em estudo, apenas um (2,08%) não possuía o PPP disponível para acesso público e 16 (33,3%) foram criados após o ano de 2001, data da última atualização das DCN. Em relação à caracterização dos cursos, conforme consta nas Tabelas 1 e 2, a maioria é do tipo bacharelado, se localiza em campus sede da IES e desenvolve atividades em período integral.

Tabela 1 – Caracterização dos Cursos de Graduação da área da saúde (n=48) pertencentes à IES públicas do Paraná, Brasil. Paraná, Brasil, 2016.

Variável	Categorias	n	%
Localização – Campus	Sede	38	79,2
	Não Sede	10	20,8
Turno	Integral	46	95,8
	Outro	2	4,2
Tipo	Bacharelado	37	77,0
	Licenciatura	11	23,0
Meio de acesso ao PPP	Site institucional	47	98,0
	Outro	1*	2,0

*Indisponível por meio eletrônico.

A Tabela 2 sumariza os dados referentes à quantidade de cursos de graduação na área da saúde ofertados por cada uma das sete IES participantes. O único curso que não disponibilizava o acesso ao PPP foi excluído da

análise. Na Tabela 3 constam os dados referentes à presença de conteúdos correlatos às competências gerenciais, por área profissional dos cursos de graduação.

Tabela 2 – Cursos (n=47) de Graduação da área da saúde, por IES pública do estado do Paraná, Brasil. Paraná, Brasil, 2016.

IES	I	II	III	IV	V	VI	VII
Cursos							
Biomedicina	1	-	-	-	1	-	-
Educação Física	3	2	-	1	-	3	1
Enfermagem	1	2	2	1	1	1	1
Farmácia	1	1	-	-	1	1	1
Fisioterapia	1	-	1	-	1	1	1
Fonoaudiologia	-	-	-	-	-	1	-
Medicina	1	1	1	1	1	-	-
Nutrição	-	-	1	1	-	1	-
Odontologia	1	1	1	-	1	-	1
Psicologia	1	-	-	-	1	1	-
Total	10	7	6	4	7	9	4

Tabela 3 – Abordagem das competências gerenciais estabelecidas nas DCN, por área profissional dos Cursos de Graduação (n=47) de IES públicas do Paraná, Brasil. Paraná, Brasil, 2016.

Comp.	Adm./Gerenc.		T. Decisão		Liderança		Ed. Perm.		Comunicação	
Curso	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Enfermagem	8	17	6	13	2	4	8	17	8	17
Psicologia	2	4	3	6	-	-	3	6	3	6
Medicina	4	8	5	11	2	4	5	11,0	5	11
Biomedicina	2	4	1	2	-	0	2	4	-	-
Odontologia	5	11	5	11	1	2	5	11	5	11
Ed.Física	10	21	11	23	2	4	9	19	11	23
Fisioterapia	4	8	3	6	-	-	2	4	4	8
Farmácia	5	11	5	11	3	6	3	6	4	8
Nutrição	2	4	2	4	-	-	1	2	2	4
Fonoaudiologia	1	2	1	2	-	-	1	2	1	2

No que se refere à forma de abordar as competências, a Tabela 4 ilustra a abordagem das competências de forma específica ou não específica por cada área profissional dos cursos de graduação analisados.

Tabela 4 – Disciplinas específicas e não específicas relacionadas às competências gerenciais, por área profissional. Paraná, Brasil, 2016.

Competência	Adm. Gerenc.		T. Decisão		Liderança		Ed. Perm.		Comunicação	
	Esp.*	N-Esp.**	Esp.	N-Esp.	Esp.	N-Esp.	Esp.	N-Esp.	Esp.	N-Esp.
Enfermagem	13	19	4	21	9	3	9	18	5	23
Psicologia	-	4	-	15	-	2	-	6	4	6
Medicina	3	5	-	10	-	3	1	21	2	13
Biomedicina	-	2	-	2	-	-	-	3	-	-
Odontologia	6	7	1	32	-	1	-	17	4	13
Ed.Física	8	26	1	53	1	2	8	27	9	22
Fisioterapia	4	-	-	5	-	-	-	3	2	10
Farmácia	7	20	-	17	-	3	2	9	1	16
Nutrição	5	2	1	8	-	-	-	2	2	-
Fonoaudiologia	1	3	-	11	-	-	-	2	6	-
TOTAL	47	88	7	174	10	14	20	108	35	103

*Disciplinas específicas ** Disciplinas não-específicas

Por fim, a Tabela 5 demonstra a contemplação das competências gerenciais nos cursos de graduação, de acordo com cada área profissional na saúde.

Tabela 5 – Abordagem das competências gerenciais estabelecidas nas DCN, por área profissional dos cursos de graduação. Paraná, Brasil, 2016.

Competência	Adm. Gerenc.		T. Decisão		Liderança		Ed. Perm.		Comunicação		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n*	%
Enfermagem	8	100	6	75,0	2	25,0	8	100	8	100	8	100
Psicologia	2	66,7	3	100	0	-	3	100	3	100	3	100
Medicina	4	80,0	5	100	2	40,0	5	100	5	100	5	100
Biomedicina	2	100	1	50,0	0	-	2	100	0	-	2	100
Odontologia	5	100	5	100	1	20,0	5	100	5	100	5	100
Ed.Física	10	83,3	11	91,7	2	16,7	9	75,0	11	91,7	12	100
Fisioterapia	4	100	3	75,0	0	-	2	50,0	4	100	4	100
Farmácia	5	100	5	100	3	60,0	3	60,0	4	80,0	5	100
Nutrição	2	100	2	100	0	-	1	50,0	2	100	2	100
Fonoaudiologia	1	100	1	100	0	-	1	100	1	100	1	100

*Número total de cursos de graduação analisados por área profissional.

DISCUSSÃO

De acordo com os dados expostos nas tabelas, as competências gerenciais estão sendo abordadas nos currículos, contudo a maior parcela dos Cursos não possui disciplinas específicas para desenvolver as mesmas. Além disso, observou-se o baixo percentual de disciplinas direcionadas a competência liderança, pois apenas quatro (40%) dentre os 10 cursos analisados abordam esta competência, ou seja, as demais áreas não abordam ou abordam muito pouco a referida competência em seus PPP. Vale ressaltar a importância da abordagem dessa competência, seja de forma específica ou não porque, é por meio da liderança que o profissional conduz a sua equipe ao alcance dos objetivos¹⁹ que neste caso, o principal, na área da saúde, é assegurar a qualidade do cuidado.

Visto que os dados abordam sobre cursos de bacharelado e licenciatura, vale esclarecer a diferença entre ambos. Os cursos de licenciatura preparam os graduandos para lecionar no Ensino Fundamental ou Médio. Em contrapartida, os cursos de bacharelado, preparam o graduando com enfoque no mercado de trabalho, em consonância à área profissional⁶⁻¹⁵.

Embora tenha sido identificada a preocupação por parte das IES em formar profissionais com conhecimentos e habilidades para a gestão do trabalho em saúde, é necessário destacar que há diferenças entre áreas profissionais analisadas, pois há cursos que apresentam em seus PPP disciplinas

específicas para abordagem das competências em foco, enquanto que outros não possuem disciplinas específicas e/ou relacionadas às mesmas.

Tais distinções entre profissões não correspondem aos propósitos das DCN direcionadas aos cursos da área de saúde visto que todas destacam a relevância das competências gerenciais para a formação profissional e; consequentemente, à melhoria do atendimento^{4,6-15}. Além de comprometer os objetivos definidos na DCN do Curso, considerando a complexidade deste sistema e de todos os fatores envolvidos no processo saúde/doença e na organização de serviços de saúde²⁰, a inserção parcial das competências no currículo, pode impactar negativamente no perfil do egresso e na sua atuação no SUS.

O curso que aborda mais competências é o de Enfermagem, com 40 disciplinas e nestas, as competências mais abordadas são administração e gerenciamento, tomada de decisão, comunicação e educação permanente. Já o Curso de Educação Física, dispõe de 27 disciplinas específicas para abordagem das competências as quais são as mesmas do Curso de Enfermagem, porém com 21% e 19%, respectivamente.

É importante destacar que, comumente, os cursos de Educação Física possuem outras disciplinas como: libras e comunicação, as quais podem ser justificadas pelo grande número de habilitações em licenciatura na área. A competência tomada de decisão também é bastante focada na formação desses

profissionais, pois se constata a existência de 53 disciplinas não específicas que a aborda.

Especificamente sobre a competência liderança, a mesma é fortemente requisitada nos cursos da área da saúde, devido à necessidade de se direcionar e fortalecer vínculos entre os membros da equipe e também, por ser requisito para a tomada de decisão²¹. Nessa perspectiva, a não capacitação dos graduandos para exercer o papel de líder, poderá gerar prejuízos ao exercício de sua atribuição como representante/referência do seu grupo de trabalho e não raras vezes, do paciente/usuário dos serviços de saúde.

Talvez pela importância do gerenciamento, na atuação interdisciplinar, a competência administração/gerenciamento, especificamente, não é abordada em apenas um curso dos 48 analisados. Este é um dado relevante e positivo porque, a competência referida abarca o conhecimento e às habilidades presentes nas demais competências I.

Embora os cursos incluam as competências gerenciais em seus PPP, a inserção das mesmas se limita às disciplinas relacionadas e isso, de acordo com a literatura²², pode afetar o ensino dos conhecimentos e das habilidades, considerando que o aprendizado se consolida a partir da problematização e da análise crítica, ou seja, partindo do pressuposto da formação transversal.

As diferenças entre áreas observadas podem se destacar tanto seja por abordar ou por não as competências, ou então, pela quantidade de disciplinas presentes nos PPP direcionadas para o seu desenvolvimento. Isso porque, se percebe que as competências de administração e gerenciamento e comunicação, têm sido abordadas na totalidade dos cursos de Enfermagem, destacando-se também com frequência nos cursos de Educação Física. Porém, a competência de liderança refletiu baixo percentual (25%) de abordagem na área de enfermagem, o que é preocupante, uma vez que o enfermeiro, devido à divisão hierárquica comum da enfermagem brasileira, deverá, inevitavelmente, desempenhar papel de líder²³.

Embora haja lacunas a serem exploradas, percebe-se que os currículos analisados sinalizam que os cursos intentam promover o fortalecimento do papel do profissional de saúde como agente transformador da sociedade, por meio da gestão baseada em competências. Esse fato

corresponde com as atuais discussões promovidas nas instituições de ensino e de saúde, acerca das adequações necessárias para a formação profissional que atenda às necessidades atuais de saúde da população²⁴.

Com base no exposto, percebe-se que os cursos analisados abordam as competências gerenciais estabelecidas nas DNC, porém não em sua totalidade. Isso é preocupante porque, para exercer a profissão, em consonância com as necessidades da população, é preciso que o profissional assuma/exerça as competências gerenciais como pilares que alicerçam a estrutura organizacional, o processo de trabalho dos serviços e a atuação dos profissionais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os currículos analisados abordam as competências estabelecidas nas DCN dos cursos de formação na área da saúde, mas não em sua totalidade. Apesar disso, sinalizam ao interesse das instituições de ensino em atendê-las, em especial os cursos de enfermagem, educação física, odontologia e medicina.

As maiores fragilidades encontradas dizem respeito à falta de disciplinas específicas que possibilitem maior aprofundamento de cada competência e; também, a quantidade reduzida da abordagem à competência liderança.

Como contribuição deste estudo, considera-se a apresentação de um panorama geral dos currículos dos cursos da área da saúde de universidades públicas do Paraná, no que tange às competências gerenciais na formação profissional, o que certamente contribui para fundamentação de melhorias. Como sugestão de novas investigações relacionadas ao tema, indica-se a análise qualitativa dos currículos, no sentido de se constatar se as competências são efetivamente abordadas, bem como as metodologias de ensino empregadas à formação gerencial.

REFERÊNCIAS

1. André AM, Ciamponi MHT, Santelle, O. Tendências de gerenciamento de unidades de saúde e de pessoas. Rev Saúde Pública. 2013;47(1):158-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n1/20.pdf>
2. Junqueira TS, Cotta, RMM. Matriz de ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica de Saúde: referencial para a formação do nutricionista no contexto da educação por competências. Ciênc Saúde Colet. 2014;19(5):1459-74. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n5/1413-8123-csc-19-05-01459.pdf>

3. Ministério da Educação (BR). VIII Conferência Nacional de Saúde. Relatório final. Brasília (DF): Comissão Nacional de Reforma Sanitária; 1986.

4. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de 20 de Junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2014.

5. Silva VO, Santana PMMA. Conteúdos curriculares e o Sistema Único de Saúde (SUS): categorias analíticas, lacunas e desafios. Interface: comunicação, saúde, educação. 2015;19(52):121-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n52/1807-5762-icse-1807-576220140017.pdf>

6. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 2, de 18 de Fevereiro de 2003. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Biomedicina. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2003.

7. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 5, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2002.

8. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 2, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2002.

9. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 4, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2002.

10. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 3, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2002.

11. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 3, de 23 de Junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2014.

12. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília; 2003. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf

13. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares

Nacionais para os cursos de graduação em Enfermagem. Brasília; 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>

14. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de Novembro de 2001. Institui Diretrizes curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2001.

15. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 8, de 18 de Maio de 2004. Institui Diretrizes curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2004.

16. Peres AM, Ciampone MHT. Gerência e competências gerais do enfermeiro. Texto Contexto Enferm. 2006;15(3):492-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n3/v15n3a15.pdf>

17. Rosin J, Tres DP, Santos RP, Peres RR, Oliveira JLC. Desenvolvimento de competências gerenciais na enfermagem: experiência entre residentes. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. 2016;7(1):231-46. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/22077/15771>

18. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 2001.

19. Peres AM, Rocha JR, Hipolito ACL, Calixto RC. O conhecimento sobre a formação gerencial do enfermeiro: revisão integrativa. Rev enferm UFPE on line. 2014;8(supl.2):3700-8. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/10112/10588>

20. Araújo D, Miranda MCG, Brasil SL. Formação de profissionais de saúde na perspectiva da integralidade. Rev Baiana de Saúde Pública. 2007;31(1):20-31. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/int-2303?lang=pt>

21. Caetano RM. Legitimidade da liderança no Ministério da Saúde – um ensaio*. Rev Serv Público. 2007;58(2):181-211. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/170/175>

22. Sordi MRL. Problematizando o papel da avaliação da aprendizagem nas metodologias inovadoras na área da saúde. Rev Educ PUC-Camp. 2000;9(9):52-6. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/407/387>

23. Amestoy SC, Trindade LL, Silva GTR, Santos BP, Reis VRSS, Ferreira VB. Liderança na enfermagem: do ensino ao exercício no ambiente hospitalar. Esc Anna Nery. 2017;21(4):e20160276. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n4/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0276.pdf
24. Brehmer LCF, Ramos FRS. Experiências de integração ensino-serviço no processo de formação profissional em saúde: revisão integrativa. Rev Eletr Enf. 2014;16(1):228-37. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v16/n1/pdf/v16n1a26.pdf>

Submissão: 20/06/2018

Aceito: 20/08/2018

Correspondência

Andressa Martins Dias Ferreira

Rua: Pioneiro João Nunes, 1910 – Jd. Paulista IV

CEP: 87047-540. Maringá, PR, Brasil.

Telefone: (44) 9 98188591 / (44) 30232472

E-mail: andressam_dias@yahoo.com.br